



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

DECLARAÇÃO DA FENPROF

**NÃO HOUVE REVISÃO DO ECD, MAS APENAS
“APERFEIÇOAMENTOS” QUE VISAM CONSOLIDAR
IMPOSIÇÕES DO M.E.**

**FENPROF COLOCARÁ, COMO PRIORITÁRIA, JUNTO DO
PRÓXIMO GOVERNO, A REVISÃO DO ECD**

A FENPROF considera que a revisão do Estatuto da Carreira Docente, tal como o Ministério da Educação a entendeu e impôs, não correspondeu à reivindicação dos professores que a exigiram.

Em grandiosas manifestações nacionais e regionais, em greves que ultrapassaram os 90% de adesão, em abaixo-assinados que recolheram o maior número de assinaturas jamais conseguido junto dos docentes, estes deixaram claro que, da revisão do ECD, pretendiam, entre outros aspectos, eliminar a divisão da carreira, revogar a prova de ingresso, rever o modelo de avaliação, entre outras matérias, igualmente importantes, como os horários de trabalho, o conteúdo das componentes lectiva e não lectiva, os requisitos para a aposentação, a contagem do tempo de serviço, os regimes de faltas, licenças e dispensas... Nada disso aconteceu!

O Ministério da Educação limitou-se a propor soluções que não são novas. Pelo contrário, mesmo quando é proposta a redução de um ano em alguns escalões de base da carreira, ou o alargamento das dispensas da prova de ingresso, tudo é feito na lógica de consolidar as opções impostas através do ECD: a divisão dos docentes em categorias, por razões de ordem economicista, e a existência da referida prova de ingresso. Já em relação à avaliação de desempenho, como a FENPROF denunciou em tempo oportuno, o Ministério da Educação, desrespeitando prazos e compromissos, não apresentou qualquer proposta para revisão do modelo.

Ao longo de todo o processo que deveria ter sido de revisão efectiva, a FENPROF reafirmou a sua inteira disponibilidade para, na mesa das negociações, encontrar soluções que, no âmbito da carreira docente, contribuíssem para a dignificação e valorização dos professores e educadores, bem como para a criação de melhores condições para o seu exercício profissional... mas não teve parceiro negocial!

Nesse sentido, **a FENPROF defendeu** uma carreira profissional que, sendo exigente, permitisse o reconhecimento e distinção do mérito em função da qualidade do desempenho das funções docentes e não por decisão política e via administrativa, como decorre da divisão da carreira em categorias hierarquizadas, cuja promoção não depende da qualidade do desempenho dos professores e educadores, mas de um concurso e da abertura de vagas, processo controlado remotamente pelas Finanças.

Quanto ao documento final elaborado pelo ME, e tendo em conta a versão conhecida:

- não corresponde a uma proposta de nova estrutura de carreira. Pelo contrário, **mantém-se a actual estrutura hierarquizada** e com um formato agravado. Pela forma como se progride ou acede a cada escalão, a estrutura que o ME agora propõe, apresenta, na prática, quatro categorias: Uma constituída pelos primeiros 5 escalões da categoria de professor; outra pelos escalões 6 e 7 da mesma categoria; mais uma pelos primeiros 3 escalões da categoria de professor-titular; a última pelo quarto escalão desta categoria. **A FENPROF considera inaceitável esta estrutura da carreira!**

- mantém a **imposição, como requisito, de uma prova de ingresso na profissão**, de que a FENPROF discorda pelas razões que fundamentou oportunamente, agravado pelo facto de se introduzirem, no que respeita a critérios de dispensa, situações que provocarão ainda maiores desigualdades, discriminações e injustiças que, são, aliás, de duvidosa legalidade. É o caso de, só após ter esgotado o prazo de optar pelo modelo simplificado, o ME ter tornado público que a opção pelo modelo completo poderia dar direito a ser dispensado desta prova;

- **não altera o modelo de avaliação**, mantendo em vigor todos os aspectos negativos que são parte integrante da sua matriz, o que ficou claro em processo que decorreu paralelamente a este e que culminou com a decisão política de deixar tudo na mesma;

- é **pouco expressiva**, neste quadro tão negativo, a redução de um ano de permanência nos três primeiros escalões da carreira, tanto mais que, apesar disso, a carreira continua bastante mais longa do que a prevista no anterior ECD e o acesso ao topo condicionado a factores externos à profissão;

A FENPROF não desistirá de lutar pela obtenção dos objectivos fixados pelos professores e educadores, e considerados centrais da sua luta que e, nesse sentido, considerará a revisão do ECD como prioridade a apresentar ao Governo que sair das eleições previstas para 27 de Setembro, p.f..

Lisboa, 27 de Julho de 2009

O Secretariado Nacional